LEI N.º 4.848, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1985

Inclui no Calendário Turístico o Festival Nacional de Teatro Amador, realizado, anualmente, no Município de São José do Rio Preto

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º — É incluído no Calendário Turístico do Estado de São Paulo o Festival Nacional de Teatro Amador, realizado, anualmente, no mês de julho, no Município de São José do Rio Preto.

Artigo 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 22 de novembro de 1985.

FRANCO MONTORO

Sérgio Barbour, Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Esportes e Turismo

Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário do Governo

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 22 de novembro de 1985.

LEI N.º 4.849, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1985

Declara de utilidade pública o "Centro de Promoção Humana de Jaguariúna — CPHJ", com sede em Jaguariúna

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º — É declarado de utilidade pública o "Centro de Promoção Humana de Jaguariúna — CPHJ", com sede em Jaguariúna.

Artigo 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 22 de novembro de 1985.

FRANCO MONTORO

José Carlos Dias, Secretário da Justiça

Carlos Alfredo de Souza Queiróz, Secretário da Promoção Social

Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário do Governo

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 22 de novembro de 1985.

LEI N.º 4.850, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1985

Dá a denominação de "Plácido Lorenzetti" à via de acesso que liga Santa Cruz do Rio Pardo à Rodovia "Orlando Quagliatto" — SP-327

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º — Passa a denominar-se "Plácido Lorenzetti" a via de acesso que liga Santa Cruz do Rio Pardo à Rodovia "Orlando Quagliatto" — SP-327.

Artigo 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 22 de novembro de 1985.

FRANCO MONTORO

Adriano Murgel Branco, Secretário dos Transportes

Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário do Governo

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 22 de novembro de 1985.

LEI N.º 4.851, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1985

Dá a denominação de "Professora Olinda Furtado de Albuquerque Cavalcante" à Escola Estadual de 1.º Grau do Jardim Zaíra II, em Mauá

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º — Passa a denominar-se "Prof.ª Olinda Furtado de Albuquerque Cavalcante" a Escola Estadual de 1.º Grau do Jardim Zaíra II, em Mauá.

Artigo 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 22 de novembro de 1985.

FRANCO MONTORO

Paulo Renato Costa Souza, Secretário da Educação

Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário do Governo

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 22 de novembro de 1985.

DECRETOS**DECRETO N.º 24.323, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1985**

Dispõe sobre concessão de auxílio para construção às instituições assistenciais que especifica

FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e à vista da deliberação do Conselho Estadual de Auxílios e Subvenções,

Decreta:

Artigo 1.º — Fica concedido auxílio de Cr\$ 1.696.559.000 (um bilhão, seiscentos e noventa e seis milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil cruzeiros) para construção, às seguintes instituições assistenciais:

I — D.R. 01 — GRANDE SÃO PAULO	Cr\$
a) Embu	
1. Associação de Amigos e Moradores do Bairro Jardim Santa Luzia	35.294.000
b) Juquitiba	
1. Associação Promocional Santo Antonio de Juquitiba — APROJ	127.526.000

II — D.R. 02 — LITORAL

a) Eldorado

1. Centro Comunitário da Paróquia de Nossa Senhora da Guia de Eldorado Paulista	50.877.000
2. Serviço de Obras Sociais de Eldorado	26.303.000

b) Miracatu

1. Promoção Humana de Miracatu — PROHUMI	19.760.000
--	------------

III — D.R. 06 — RIBEIRÃO PRETO

a) Barretos

1. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais — APAE, Departamento: Escola de Educação Especial	125.238.000
---	-------------

b) Monte Azul Paulista

1. Creche Cantinho do Amor	17.459.000
----------------------------	------------

c) Patrocínio Paulista

1. Associação Patrocínense de Assistência Social	50.000.000
--	------------

d) São Simão

1. Lar Vicentino de São Simão — Obra Unida à Sociedade de São Vicente de Paulo	127.414.000
--	-------------

e) Viradouro

1. Casa da Criança "Desembargador Euclides Custódio da Silveira"	276.405.000
--	-------------

IV — D.R. 08 — SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

a) Fernandópolis

1. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Fernandópolis	13.489.000
--	------------

b) José Bonifácio

1. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	15.120.000
---	------------

c) Nova Granada

1. Conferência da Imaculada Conceição, Departamento: Asilo São Vicente de Paulo	15.310.000
---	------------

2. Obras de Assistência Social "Lar de Nazareth" da Paróquia de São Benedito de Nova Granada	12.719.000
--	------------

d) Onda Verde

1. Associação Lar da Criança de Onda Verde — L.C.O.V.	15.000.000
---	------------

e) Palmeira D'Oeste

1. Instituição Beneficente "Lar das Crianças Santa Isabel"	11.325.000
--	------------

f) Tabapuá

1. Associação Beneficente de Tabapuá, Departamento: Centro Comunitário Urbano	7.731.000
---	-----------

g) Três Fronteiras

1. Creche do Menino Jesus de Três Fronteiras	2.023.000
--	-----------

V — D.R. 09 — ARAÇATUBA

a) Andradina

1. Lar Espirita "Euzébio de Oliveira Brandão", Departamento: Creche "Irmã Joaquina"	84.940.000
---	------------

b) Araçatuba

1. União Espirita Paz e Caridade, Departamento: Abrigo Ismael	30.000.000
---	------------

c) Auriflama

1. APAE — Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Auriflama	106.024.000
---	-------------

2. Lar Escola e Creche Berçário São João Batista	61.165.000
--	------------

VI — D.R. 10 — PRESIDENTE PRUDENTE

a) Dracena

1. Serviço de Obras Sociais (S.O.S.)	2.353.000
--------------------------------------	-----------

b) Presidente Prudente

1. Sociedade Civil "Lar dos Meninos" — LADOME	11.997.000
---	------------

c) Tupi Paulista

1. Asilo São Vicente de Paulo de Tupi Paulista	31.474.000
--	------------

2. Sociedade Casa da Criança de Tupi Paulista	12.152.000
---	------------

VII — D.R. 11 — MARILIA

a) Bastos

1. Associação Beneficente de Amparo à Infância	32.946.000
--	------------

b) Bernardino de Campos

1. Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e Infância de Bernardino de Campos	21.606.000
--	------------

c) Garça

1. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Garça — APAE	78.002.000
---	------------

d) Marília

1. "Legião Mirim de Marília"	12.851.000
------------------------------	------------

e) Piraju

1. Educandário São Vicente de Paulo	18.799.000
-------------------------------------	------------

f) Santa Cruz do Rio Pardo

1. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Cruz do Rio Pardo	54.430.000
--	------------

g) Taguaí

1. Recanto Infantil "Santa Rita de Cássia"	67.000.000
--	------------

h) Tupã

1. Assistência Social e Cultural da Assembléia de Deus	40.000.000
--	------------

2. Legião Mirim de Tupã	81.827.000
-------------------------	------------

Artigo 2.º — A despesa com a execução do disposto neste decreto correrá através do Código 11.04.01 — Categoria Econômica 4.0.0.0 — Elemento 4.3.3.1.0.0 do Conselho Estadual de Auxílios e Subvenções do orçamento do corrente exercício.

Artigo 3.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 22 de novembro de 1985.

FRANCO MONTORO

Carlos Alfredo de Souza Queiróz, Secretário da Promoção Social

Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 22 de novembro de 1985.

DECRETO N.º 24.324, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1985

Dispõe sobre concessão de auxílio para construção às instituições assistenciais que especifica

FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e à vista da deliberação do Conselho Estadual de Auxílios e Subvenções,

Decreta:

Artigo 1.º — Fica concedido auxílio de Cr\$ 114.970.000 (cento e quatorze milhões, novecentos e setenta mil cruzeiros) para construção, às seguintes instituições assistenciais:

I — D.R. 03 — VALE DO PARAÍBA	Cr\$
a) Lorena	
1. Serviço de Obras Sociais S.O.S.	25.000.000

II — D.R. 06 — RIBEIRÃO PRETO

a) Descalvado

1. Irmandade da Santa Casa de Misericórdia	65.000.000
--	------------

III — D.R. 09 — ARAÇATUBA

a) Birigüi

1. Centro Espirita "Amor e Caridade"	24.970.000
--------------------------------------	------------

Artigo 2.º — A despesa com a execução do disposto neste decreto correrá através do Código 11.04.01 — Categoria Econômica 4.0.0.0 — Elemento 4.3.3.1.0.0 do Conselho Estadual de Auxílios e Subvenções do orçamento do corrente exercício.

Artigo 3.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 22 de novembro de 1985.

FRANCO MONTORO

Carlos Alfredo de Souza Queiróz, Secretário da Promoção Social

Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 22 de novembro de 1985.

DECRETO N.º 24.325, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1985

Dispõe sobre abertura de crédito suplementar a diversos Órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo destinado a atender despesas com Pessoal e Reflexos

FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o que dispõe o artigo 6.º, da Lei Complementar n.º 399, de 10 de julho de 1985; o artigo 2.º, da Lei Complementar n.º 401, de 10 de julho de 1985; o artigo 5.º, da Lei Complementar n.º 403, de 11 de julho de 1985; o artigo 5.º, da Lei n.º 4.636, de 15 de julho de 1985; o artigo 4.º, da Lei n.º 4.793, de 24 de outubro de 1985; o artigo 13, da Lei n.º 4.794, de 24 de outubro de 1985; o artigo 2.º, da Lei n.º 4.795, de 24 de outubro de 1985; o artigo 3.º, da Lei n.º 4.798, de 25 de outubro de 1985; o artigo 4.º, da Lei Complementar n.º 418, de 24 de outubro de 1985; o artigo 20, da Lei Complementar n.º 419, de 25 de outubro de 1985; o artigo 4.º, da Lei Complementar n.º 420, de 25 de outubro de 1985; e o artigo 9.º, da Lei Complementar n.º 421, de 1.º de novembro de 1985,

Decreta:

Artigo 1.º — Fica aberto um crédito suplementar no valor total de Cr\$ 1.501.481.490.000 (um trilhão, quinhentos e um bilhões, quatrocentos e oitenta e um milhões, quatrocentos e noventa mil cruzeiros), observando-se nas classificações Institucional, Econômica e Funcional-Programática a discriminação indicada na Tabela 1, deste decreto.

Artigo 2.º — O crédito aberto pelo artigo anterior será coberto com recursos a que alude o § 1.º, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, na seguinte conformidade:

a) Cr\$ 1.475.960.290.000 (um trilhão, quatrocentos e setenta e cinco bilhões, novecentos e sessenta milhões, duzentos e noventa mil cruzeiros), nos termos do inciso II, sendo:

I — Cr\$ 31.544.000.000 (trinta e um bilhões e quinhentos e quarenta e quatro milhões de cruzeiros), nos termos do artigo 6.º, da Lei Complementar n.º 399, de 10 de julho de 1985;

II — Cr\$ 10.338.600.000 (dez bilhões, trezentos e trinta e oito milhões e seiscentos mil cruzeiros), nos termos do artigo 2.º, da Lei Complementar n.º 401, de 10 de julho de 1985;

III — Cr\$ 216.979.543.064 (duzentos e dezesseis bilhões, novecentos e setenta e nove milhões, quinhentos e quarenta e três mil, sessenta e quatro cruzeiros), nos termos do artigo 5.º, da Lei Complementar n.º 403, de 11 de julho de 1985;

IV — Cr\$ 388.600.000 (trezentos e oitenta e oito milhões e seiscentos mil cruzeiros), nos termos do artigo 5.º, da Lei n.º 4.636, de 15 de julho de 1985;

V — Cr\$ 17.000.000.000 (dezessete bilhões de cruzeiros), nos termos do artigo 4.º, da Lei n.º 4.793, de 24 de outubro de 1985;

VI — Cr\$ 200.000.000 (duzentos milhões de cruzeiros), nos termos do artigo 13, da Lei n.º 4.794, de 24 de outubro de 1985;

VII — Cr\$ 20.746.936 (vinte milhões, setecentos e quarenta e seis mil, novecentos e trinta e seis cruzeiros), nos termos do artigo 2.º, da Lei n.º 4.795, de 24 de outubro de 1985;

VIII — Cr\$ 5.000.000.000 (cinco bilhões de cruzeiros), nos termos do artigo 3.º, da Lei n.º 4.798, de 25 de outubro de 1985;

IX — Cr\$ 520.000.000 (quinhentos e vinte milhões de cruzeiros), nos termos do artigo 4.º, da Lei Complementar n.º 418, de 24 de outubro de 1985;

X — Cr\$ 190.000.000 (cento e noventa milhões de cruzeiros), nos termos do artigo 20, da Lei Complementar n.º 419, de 25 de outubro de 1985;

XI — Cr\$ 19.300.000.000 (dezenove bilhões e trezentos milhões de cruzeiros), nos termos do artigo 4.º, da Lei Complementar n.º 420, de 25 de outubro de 1985; e

XII — Cr\$ 1.174.478.800.000 (um trilhão, cento e setenta e quatro bilhões, quatrocentos e setenta e oito milhões e oitocentos mil cruzeiros), nos termos do artigo 9.º, da Lei Complementar n.º 421, de 1.º de novembro de 1985.

b) Cr\$ 25.521.200.000 (vinte e cinco bilhões, quinhentos e vinte e um milhões e duzentos mil cruzeiros), consoante dispõe o artigo 9.º, da Lei Complementar n.º 421, de 1.º de novembro de 1985, nos termos do inciso III.

Artigo 3.º — Em decorrência do disposto nos artigos anteriores, fica aberto ao Instituto de Previdência do Estado de São Paulo-IPESP, um crédito de Cr\$ 641.484.000.000 (seiscentos e quarenta e um bilhões e quatrocentos e oitenta e quatro milhões de cruzeiros), suplementar ao seu orçamento vigente, aprovado pelo Decreto n.º 23.161, de 26 de dezembro de 1984, obedecendo a distribuição constante das Tabelas 1 e 3, deste decreto.

Artigo 4.º — A suplementação de que trata o artigo anterior será coberta com recursos a que alude o inciso II, do § 1.º, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Artigo 5.º — Fica alterada a Programação da Despesa Orçamentária do Estado, estabelecida pelo Anexo I, de que trata o artigo 3.º, do Decreto n.º 23.187, de 28 de dezembro de 1984, de conformidade com a Tabela 2, deste decreto.

Artigo 6.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 1.º de outubro de 1985.

Palácio dos Bandeirantes, 22 de novembro de 1985.

FRANCO MONTORO

Romeu Ricupero Respondendo pelo Expediente da Secretaria da Fazenda

José Serra, Secretário de Economia e Planejamento